



Nº 1.211 - I - DISPENSAR, a servidora MARIANA MARIA TELLES, R.F. nº 2240, Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada, FC-04, de Assistente, junto à Subsecretaria das 1ª e 3ª Seções, da Secretaria Judiciária, nos termos do artigo 35, inciso I da Lei nº 8112, de 11/12/90, com redação dada pela Lei nº 9527, de 10/12/97.

II - DESIGNAR a servidora FABIANA RIBEIRO FENILI, R.F. nº 2343, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, para exercer a referida função comissionada.

Nº 1.212 - DESIGNAR, a servidora MARIANA MARIA TELLES, R.F. nº 2240, Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, para exercer a função comissionada, FC-04, de Assistente, junto ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Doutor Antonio Cedeno.

AMELINO RABELO CUSTÓDIO

### 5ª REGIÃO

#### PORTARIA Nº 587, DE 5 DE MAIO DE 2005 (\*)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso das atribuições legais e regimentais, com fundamento no artigo 146 da Lei nº 8.112/90, e tendo em vista o que consta do Processo nº 45/2004 - SA, resolve:

CONSTITUIR comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta pelos servidores RICARDO DE MENEZES ARAÚJO, YASMIN BARRETO BELIAN e CECÍLIA DE MELO LOPES GUIMARÃES, todos Analistas Judiciários, o primeiro e o último do Quadro de Pessoal deste Tribunal, e o segundo do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ora à disposição desta Corte, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, apurar a responsabilidade administrativa dos servidores FLÁVIA REGINA PEIXOTO SANTANA, Analista Judiciário, RAMAYANO FRANCISCO DA SILVA, Técnico Judiciário, e SÍLVIA HELENA MACIEL LEMOS DE GUSMÃO, Analista Judiciário, todos do Quadro de Pessoal deste Tribunal, pela prática dos ilícitos previstos no art. 132 da Lei nº 8.112/90 e nos arts. 10 e 11 da Lei nº 8.429/92.

FRANCISCO CAVALCANTI

(\*) Republicada por ter saído, no D.O.U. Seção 2, de 09-05-2005, página 45.com incorreção no original.

#### PORTARIAS DE 10 DE MAIO DE 2005

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 16, inciso XXV, do Regimento Interno, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 35, de 22/10/2003, resolve:

Nº 607 - DISPENSAR a servidora MARIA CAROLINA CASTELO BRANCO DE OLIVEIRA, Mat 5037, do Quadro de Pessoal da Prefeitura da Cidade do Recife, ora à disposição deste Tribunal, da função comissionada de Supervisor da Seção de Reprografia, Código FC-05, da Subsecretaria de Apoio e Administração Predial, em razão de nova designação.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 16, inciso XXV, do Regimento Interno, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 35, de 22/10/2003, e considerando os termos da Resolução nº 15, de 13/04/2005, publicada no DJU, Seção 2, de 20 subsequente, pag. 1108, resolve:

Nº 608 - DESIGNAR a servidora MARIA CAROLINA CASTELO BRANCO DE OLIVEIRA, Mat 5037, do Quadro de Pessoal da Prefeitura da Cidade do Recife, ora à disposição deste Tribunal, para exercer a função comissionada de Supervisor-Assistente, Código FC-04, da Seção de Cerimonial, da Divisão de Comunicação Social e Cerimonial, da Presidência.

FRANCISCO CAVALCANTI

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

#### PORTARIA P Nº 282, DE 3 DE MAIO DE 2005

O DESEMBARGADOR PAULO AUGUSTO MONTE LOPES, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, com fundamento no artigo 16, inciso VIII, do Regimento Interno do Tribunal, resolve

declarar vago o cargo da categoria funcional de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, ocupado pela senhora MILENE BUENO DE LIMA, em virtude de sua posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a contar de 20 de abril de 2005.

PAULO AUGUSTO MONTE LOPES

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

#### PORTARIA Nº 266, DE 14 DE ABRIL DE 2005

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no PA N. 4.568/2005, resolve:

Designar IZAURA ANDRADE GUERRA, matrícula N. 2.411.037, Técnico Judiciário, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, em exercício nos Ofícios Judiciais do Distrito Federal, para exercer a Função Comissionada, FC-01, de Executante da 3ª Vara Criminal da Circunscrição Judiciária de Taguatinga, ficando, conseqüentemente, dispensada da referida Função Comissionada, VANDERLEI BATISTA CERQUEIRA, matrícula N. 312.917, Técnico Judiciário, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, em exercício nos Ofícios Judiciais do Distrito Federal.

JOSÉ JERONYMO BEZERRA DE SOUZA

#### PORTARIA Nº 333, DE 6 DE MAIO DE 2005

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no P.A. Nº 00.045/2005, resolve:

Declarar vago, com fundamento nos arts. 33, I, e 34 da Lei nº 8.112/90, um cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "A", Padrão 1, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, a partir de 03 de janeiro de 2005, em virtude de sua ocupante, SARAH MADERA DANTAS DE SOUSA, Matrícula nº 313.922, haver solicitado a sua exoneração.

JOSÉ JERONYMO BEZERRA DE SOUZA

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO

#### DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA

#### PORTARIAS DE 9 DE MAIO DE 2005

O DiretorGeral Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de sua competência delegada pela PORTARIA PREDGA Nº 209/2004, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 1704/2005, resolve:

Nº 229 - Designar KARLA MARTINS DE ARAUJO BITTEN-COURT, servidora à disposição deste Tribunal, para exercer a função comissionada de Assistente 2, Código FC-02, da 7ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, ficando, em conseqüência, dispensada da função que ocupa.

O DiretorGeral Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de sua competência delegada pela PORTARIA PREDGA Nº 209/2004, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 1704/2005, resolve:

Nº 230 - Designar a servidora MARIA GLAUCENIR CARVALHO BRAGA, Técnico Judiciário, Classe "C", Padrão 15, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente 1, Código FC-01, da 7ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, ficando, em conseqüência, dispensada da função que ocupa.

RODRIGO CURADO FLEURY

### 21ª REGIAO

#### ATOS DE 10 DE MAIO DE 2005

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e de acordo com o disposto no Processo TRT Nº 11.173/2005, resolve,

Nº 208 - DECLARAR a vacância do cargo efetivo da carreira judiciária de TÉCNICO JUDICIÁRIO, Área Administrativa, do Quadro Permanente de Pessoal desta Corte, ocupado pelo servidor FÁBIO DE FIGUEIREDO RÉGO, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, a contar de 01 de março de 2005, com fundamento no inciso VIII, art. 33 da Lei nº 8.112/90.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO, no uso de suas atribuições e de acordo com a Resolução Administrativa nº 005/04, publicada, respectivamente, no D.J./RN e no D.O.U., edições de 31 de janeiro e 04 de fevereiro de 2004, resolve,

Nº 209 - NOMEAR o candidato UBIRAJARA SOUTO CASADO, habilitado em concurso público promovido por este Tribunal Regional do Trabalho - 21ª Região, obedecida a ordem classificatória, para exercer, em caráter efetivo, nos termos do art. 9º, inciso I, e do artigo 10, da Lei N.º 8.112/90, o cargo da carreira judiciária de ANALISTA JUDICIÁRIO, Área Judiciária, Classe "A", Padrão 1, do Quadro Permanente de Pessoal desta Corte, em vaga criada através da Lei nº 10.770/2003 .

MARIA DE LOURDES ALVES LEITE

### 23ª REGIÃO

#### ATO Nº 42, DE 9 DE MAIO DE 2005

O JUIZ TOGADO, RESPONDENDO PELA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO., no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o disposto nos arts. 5º, § 2º da Lei n. 8.112/90, bem como o item III do Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, considerando o contido no Processo TRT n. 003753/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, resolve :

Nomear a candidata STELLA MARIS BRAUN PINTO MENDES para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Nível Intermediário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.770/2003.

JOSÉ SIMIONI

### Editais e Avisos

### MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA CORREGEDORIA

#### EDITAIS DE CITAÇÃO

Em 4 de maio de 2005

No uso das atribuições de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria MPS/SRP/Corregedoria/CI nº 02, de 16/03/2005, publicada no BS/INSS/DC nº 59, de 29/03/2005, vimos, pelo presente Edital, promover a CITAÇÃO INICIAL do servidor ANTONIO LUCIO MARTIN DE MELLO, Auditor Fiscal da Previdência Social, matrícula nº 0896930, lotado na Delegacia da Receita Previdenciária em Belém/PA, que se acha em lugar incerto e não sabido, para comparecer perante esta Comissão, face o seu envolvimento nos fatos mencionados no Processo nº 37284.006656/2002-87 e apensos nºs. 37284.001155/2003-95 e 35000.000284/2005-31, decorrentes de sua atuação nas ações fiscais nºs. 5817, 6581, 13320 e 17252, em 03 (três) empresas distintas, conforme consta no CNAF - Cadastro Nacional de Ações Fiscais, sendo-lhe assegurado vista dos autos no local de funcionamento da Comissão, na sala 1204-C, 12º andar do Edifício Costa e Silva, situado na Av. Nazaré nº 133, Nazaré - Belém/PA, das 09:00 às 17:00 horas, como, de resto poderá acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos quando se tratar de prova pericial, tudo em respeito ao disposto no Artigo 5º, Inciso LV da Constituição Federal e Artigos 153 e 156 da Lei nº 8.112, de 15/12/90.

JOÃO CARLOS PAES

Em 9 de maio de 2005

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designado pela Portaria Conjunta MPS/SRP e INSS/CORREG nº 01, de 18/03/2005, publicada no BS/INSS/DG nº 63, de 04/04/2005, no uso de suas atribuições, vem, pelo presente Edital, promover a CITAÇÃO INICIAL, do servidor ANTONIO LUCIO MARTIN DE MELLO, mat.0896930, Auditor Fiscal da Previdência Social, lotado na Unidade Descentralizada da Secretária da Receita Previdenciária em Belém-PA, que se encontra em lugar incerto e não sabido, com última residência conhecida na cidade de Belém/PA, para comparecer perante esta Comissão, face o seu envolvimento nos fatos constantes no processo n.º 35000.00343/2005-71 e anexo, relativos a possíveis irregularidades na concessão de CND's, de restituições, confecção de defesas administrativas, dentre outros, que teriam ocorridos na GEX/Belém/APS Belém-Nazaré, APS Belém-Marco, Unidade de Atendimento no TRT-8ª Região e APS Santarém, sendo-lhe assegurado vista dos autos no local de funcionamento da Comissão, na sala 1204-A, no 12º andar do Ed. Costa e Silva, na Av. Nazaré 133, Centro, Belém/PA, CEP 66.035-170, das 8 às 12 e 14 às 18 horas, como de resto poderá acompanhar a instrução processual, em todos os seus procedimentos, pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contra provas, formular quesitos, quando se tratar de prova pericial, requerer diligências ou perícias, e tudo mais que possa ser do seu interesse nesse processo disciplinar, conforme preceituam o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988, e os artigos, 143, 153 e 156, da Lei n.º 8.112/90.

MAURICIO IVAN DA SILVA